

CORREIO ECONÔMICO

POR MARCELLO SIGWALT

Raphael Ribeiro - Banco Central



Ante cenário adverso, Copom admite novas altas da Selic

Selic poderá aumentar, ainda mais, depois de maio

Já precificada pelo mercado, a alta da Selic (taxa básica de juros), de meio ponto percentual, dos atuais 14,25% ao ano, para 14,75% ao ano – pelo Copom-BC (Comitê de Política Monetária do Banco Central), na reunião da próxima quarta-feira (7) – pelo menos, por enquanto, não é o ‘fim da linha’, pois nova elevação poderá ocorrer em breve.

Em que pese o dis-

curso do BC em favor da flexibilidade monetária, certo é que os reajustes dos juros básicos vão continuar, ainda que em um ritmo menor, sob a dupla justificativa de incerteza externa e desancoragem interna das expectativas de inflação.

O presidente do BC, Gabriel Galípolo, definiu atual momento como de ‘cautela’ para as decisões do comitê.

Extensão de ciclo

Para Galípolo, “na visão do BC e de todos os diretores, a comunicação anterior [de março] passou muito bem para esses 40 dias e segue vigente. Estamos respondendo a uma dinâmica de inflação desafiadora, o que justifica a extensão do ciclo [de alta dos juros]”.

Dúvida persiste

Do ponto de vista do mercado, as últimas declarações do BC mantêm em pauta a dúvida quanto ao encerramento do ciclo de alta de juros. Para o relatório do C6 Bank, os indicadores atestam ‘poucas mudanças’ nos dados prospectivos para o cenário de inflação”.

Alexandre Marchetti - Itaipu Binacional



Classe residencial liderou ranking de consumo da EPE

Consumo de energia elétrica cresce 2,1% no 1º trimestre

O consumo nacional de energia elétrica aumentou 2,1% no primeiro trimestre deste ano (T125), para 144.186 megawatts médios (MWmed), aponta o mais recente relatório da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). De janeiro a março, a classe residencial demandou 47.822 MWmed, aumento de 3,4%.

Enquanto a indústria consumiu 48.575 MWmed – aumento de 2,5% em relação ao observado nos três primeiros meses do ano passado – os comércios tiveram consumo de 27.073 MWmed, o que equivale a uma ligeira alta de 0,1%, enquanto outros segmentos tiveram consumo de 20.717 MWmed, elevação de 0,6%.

Decolagem

A Embraer projeta que o ano de 2025 pode marcar a retomada firme de sua divisão de aviação agrícola. Hoje, a empresa mantém ritmo estável de 60 a 70 aeronaves vendidas/ano – número que deve se repetir em 2025, a depender do cenário político e econômico.

Otimismo

A capacidade de produção atual da Embraer permite até 100 unidades por ano sem grandes investimentos. O ‘sentimento’ da Embraer é de virada. “Percebemos um otimismo maior em 2025 que em 2024, que também foi bom”, conta o líder da aviação agrícola da Embraer, Sany Onofre.

Ouro negro

Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o contrato de petróleo WTI para junho caiu 1,60% (US\$ 0,95), fechando a US\$ 58,29 o barril. O Brent para julho, negociado na Intercontinental Exchange (ICE), recuou 1,35% (US\$ 0,84), para US\$ 61,29 o barril.

Pressão da Opep+

A antecipação da reunião da Opep+ sinaliza uma crescente pressão de membros do grupo para reagir à queda dos preços e ao excesso de oferta da commodity, especialmente com a expectativa de que a Arábia Saudita defenda mais um aumento na produção.

Gastos federais ‘eleitorais’ conspiram contra regra fiscal

Aos 25 anos, Lei de Responsabilidade Fiscal poderá perder eficácia

Por Marcello Sigwalt

Marco de consolidação da estabilidade econômica, renunciada pela criação do real, há 31 anos, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) completa 25 anos, ameaçada pela condenável prática de crescentes gastos públicos com viés claramente eleitoral, que miram as eleições presidenciais do próximo ano.

Segundo o estudo, a escada perdulária federal já teria ‘enfraquecido’ algumas regras da LRF, que perderam eficácia no papel de planejamento de políticas públicas, focada em evitar gastos concentrados no último mandato.

Um dos ‘ralos’ da política fiscal vigente é o aumento exponencial das transferências, via emendas parlamentares, direcionadas a despesas da máquina pública – o que inclui, pessoal – relegando a plano secundário áreas essenciais, como Saúde e Saneamento.

Tais observações – que atestam uma gestão voltada preferencialmente a fatores po-



Gastança federal sem paradeiro enfraquece e compromete eficiência de regras fiscais

líticos, em detrimento dos técnicos – constam da tese de doutorado da pesquisadora Débora Costa Ferreira, apresentada em 2024 na UnB (Universidade de Brasília), cujo tema central é o efeito da reeleição sobre o comportamento fiscal dos governantes.

Como as regras da LRF e da Lei Eleitoral coíbem gastos

em fim de mandato, com clara motivação eleitoral, o estudo observou que, no período de 2005 a 2012, prefeitos ‘distribuem’ as despesas, ao longo do mandato, deixando apenas um ‘resíduo’ para o final deste. “[O prefeito] Vai distribuindo melhor as despesas, do que gastar tudo do ano eleitoral”, aponta a pesquisadora.

Mas, de 2013 a 2020, esse comportamento se inverteu, pois no ano da eleição, a despesa per capita de prefeitos em 1º mandato foi R\$ 236 maior do que de 2º mandato. “A força das regras da LRF e da lei eleitoral diminuiu para caramba no decorrer do tempo. Estão gastando tudo no ano eleitoral”, alerta Débora.

Fiscal aponta viés ‘explosivo’ da dívida

Uma situação fiscal ‘delicada’, que aponta um crescimento explosivo da dívida bruta do governo geral (DBGG), que deve ‘saltar’ de 76,1% do PIB, em dezembro último, para 80% do PIB, em igual mês deste ano, até bater 84% do PIB, no fim de 2026.

Esse cenário sombrio é projetado pelo economista, presidente da MCM Consultores, consultor do Banco Mundial, Claudio Adilson Gonçalves,

em artigo de sua coluna no Estadão, no qual constata que o governo do mandatário petista, ainda que esboçasse disposição de promover o ajuste fiscal, não o conseguiria, porque lhe faltaria ‘força política’ para levar a cabo a tarefa.

Ao fazer remissão ao editorial publicado pelo jornal paulista ‘Orçamento Sequestrado, país sem rumo’, ele observa uma ‘degeneração institucional’ que, se não for revertida, condenará

o país à mediocridade.

A marcha da insensatez, a ser paga pelas próximas gerações de contribuintes, está patenteadas pelas emendas parlamentares, cujo empenho foi ‘catapultado’ de R\$ 13,86 bilhões, em 2019, para R\$ 50,4 bilhões este ano. Sobre este último montante, é necessário adicionar outros R\$ 11,2 bilhões, resultantes de um ‘acordo’ que permite aos parlamentares indicarem a destinação de despesas discricionárias

do Executivo, para ‘compensar’ repasses não pagos, no ano anterior. Na prática, caberá ao Legislativo controlar, em 2025, a ‘bolada’ de R\$ 61,6 bilhões, o equivalente a 30% das despesas discricionárias. Nessa progressão, segundo ele, levando em conta projeções do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), as emendas parlamentares deverão absorver, em 2028, quase 100% dos gastos discricionários. (M.S.)

Pirataria tupiniquim supera a mundial

br.usembassy.gov



IFPI, metade da música adquirida no país é de forma ilegal

A pirataria digital representa um grande desafio para a proteção da propriedade intelectual, especialmente nas indústrias criativas, como a música. De acordo com Federação Internacional da Indústria Fonográfica (IFPI), 47% dos brasileiros consomem música de forma ilegal, o que representa 29% acima da média global.

Além disso, a maioria é da classe A e B, revelou Paulo Batimarchi, diretor regional da IFPI na América Latina, durante o evento Propriedade Intelectual e a música: sinta o ritmo da PI, realizado nesta terça-feira (29), no SESI Lab, em Brasília.

Segundo Batimarchi, mesmo com a indústria musical brasileira em 9ª posição global entre os maiores mercados, o país está ameaçado com a reprodução e distribuição não autorizadas de obras protegidas por direitos autorais, o que

resulta em perdas econômicas substanciais para os criadores e profissionais do setor.

“Dados mostram que consumidores das classes A e B não gostam de pagar pelo ativo da música e, assim, eles fomentam a pirataria, desestimulam a inovação e são expostos a conteú-

dos de baixa qualidade e riscos de cibersegurança”, destacou.

Na indústria audiovisual brasileira, a propriedade intelectual também é afetada diretamente pelos prejuízos causados pela pirataria.

Um estudo encomendado pela Motion Picture Associa-

tion (MPA) e realizado pelo Instituto Ipsos revelou que, em um período de três meses, cerca de 470 milhões de filmes e 538 milhões de episódios de séries e programas de TV deixaram de ser comprados de maneira legítima, resultando em perdas de aproximadamente R\$ 4 bilhões para a indústria audiovisual no Brasil.

O diretor-presidente da RioFilme, Leonardo Edde, prega a criação e desenvolvimento do Marco Legal da Economia Criativa, alinhado com as diretrizes da Política Nacional de Economia Criativa.

“Proteger o que a gente cria sempre será a parte mais importante do nosso trabalho, porque criatividade traz valor, inovação. E uma indústria criativa forte incentiva a cena cultural local, cria conexões sociais, atrai investimentos e impulsiona a competitividade e a produtividade do Brasil”.

Varejistas ingressam em ranking global

jistas nacionais.

Assaí, Magalu, Raia Drogasil, Casas Bahia e Natura são os nomes nacionais que aparecem na lista. Todas elas apostaram em modelos de negócio baseados em bens essenciais, digitalização e preços acessíveis. E esses focos vêm dando resultados. O Assaí, por exemplo, não apenas entrou na lista como atingiu a posição mais alta já ocupada por uma empresa brasileira no ranking, o 92º lugar.

Até o ano passado, o Brasil costumava ter, no máximo, três representantes entre as 250 maiores. Para o sócio líder de Consumer da Deloitte, Paulo de Tarso, a entrada de mais companhias brasileiras no ranking reflete uma combinação de fatores: gestão estratégica, investimentos em tecnologia e uma resposta ágil às transformações de consumo. “Essas companhias souberam unir eficiência operacional com res-

ponsabilidade social e sustentabilidade. Isso tem peso no cenário global”, afirma.

A consistência financeira acompanha o movimento. O Assaí registrou lucro líquido de R\$ 769 milhões em 2024 e receita de R\$ 73 bilhões, alta anual de 8,3% e 11%, respectivamente. Isso porque o modelo de atacarejo, que combina preços baixos, foco em bens essenciais e expansão acelerada de lojas.